

# DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO DO BRASIL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Tatiana de Souza Leite Garcia<sup>1</sup>  
David George Francis<sup>2</sup>

## Resumo

Este trabalho apresenta algumas propostas a cerca do desenvolvimento rural sustentável, conforme levantamento bibliográfico acordado para tal temática, isto possibilitaria a base para a promoção de estratégias de desenvolvimento do Brasil, por meio da recuperação e conservação ambiental e valorização dos produtos e dos trabalhadores rurais. Como estudo de caso utilizar-se-á o assentamento de reforma agrária 'Riacho das Ostras', localizado no município de Prado – BA, que recebeu financiamentos provenientes do PPG-7/PDA para a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e sensibilização da população local da importância da educação ambiental, ambos projetos desenvolvidos pela ONG 'Terra Viva', instalada no município de Itamaraju – BA.

## Abstract

The present research had as its objective the presentation of several proposals for rural sustainable development as found in the literature on this theme. These proposals provide a basis for the elaboration of strategies for development in Brazil in terms of environmental recuperation and conservation as well as the protection of our production and rural workers. Presented as a case study, the unit of agrarian reform, "Riacho das Ostras" was examined. This colony is located in the municipal region of Prado, in the State of Bahia. It has received financing via the PPG-7/PDA for the implantation of Agro Forestry Systems (SAFs) and to develop a sensibility on the part of the local population for the importance of environmental education. These projects were developed by the Non governmental organization, "Terra Viva" installed in the town of Itamaraiu, Bahia.

**Palavras-chave:** desenvolvimento sustentável, desenvolvimento rural sustentável, desenvolvimento local, assentamento de reforma agrária.

**Key-words:** sustainable development, rural sustainable development, local development, colonization and agrarian reform.

## A importância da promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Uberlândia  
tatianaslgarcia@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Ph.D. - Universidade Federal de Uberlândia  
davidelilia@netsite.com.br

O Brasil é um país de abastado território, rico em biodiversidade e água, e formado por populações das mais diversas origens culturais, que em sua maioria, estão de alguma forma ligados ao meio rural. Historicamente, pode-se dizer que o Brasil é um país de base econômica agrária; entretanto, sabe-se que o tripé monocultura, latifúndio e trabalho escravo, voltado para o atendimento do mercado externo, não permitiu que o país se desenvolvesse de forma equilibrada e sustentável desde os períodos da colonização.

As riquezas da terra brasileira - mineral, vegetal ou animal - são explorados indiscriminadamente para atender o mercado externo, e não para alimentar a população brasileira e o para promover o desenvolvimento do país.

As população residentes nas áreas rurais e o cultivo da terra, seja para a produção de subsistência e/ou abastecer o mercado interno, possibilita a reprodução social. Entretanto, no Brasil, a terra é usada pela classe dominante para aumentar cada vez mais seus bens materiais e manter a estrutura social por meio da especulação da terra como reserva de valor e no direcionamento das produções para abastecer o mercado externo.

No século XX, o Brasil rural sofreu muitas transformações com as intervenções externas. A aceleração e modernização dos processos produtivos rurais nos períodos das Primeiras e Segundas Guerras Mundiais, a Revolução Verde e, atualmente, a completa tecnificação da produção agrícola, mais conhecida como modernização conservadora, justamente para satisfazer as demandas dos mercados externos, tornou o Brasil mais dependente destes, além de prejudicar consideravelmente a condição das populações rurais e urbanas.

A 'nova monocultura' no Brasil, a soja, impulsiona agricultores a buscar terras e a derrubar milhares de quilômetros das mais importantes florestas brasileiras, como a Amazônia e o Cerrado, aumentando a fronteira agrícola.

A impressão de que o Brasil é infinito em território, infinita disponibilidade de recursos naturais, alta reserva de mão-de-obra barata e frouxa legislação ambiental e social, são apresentados como requisitos de competitividade e de atratividade para que os investimentos externos, desde o período de colonização até os dias de hoje, venham explorar este país.

Percebe-se que mesmo após o fim do Pacto Colonial, os elos de dependência ainda persistem. O país é subordinado a produzir aquilo que lhe induzem (ou ordenam), ou seja, produtos agrícolas ou industrializados com baixo valor agregado, que não valoriza seu capital humano e ambiental, pelo contrário, os deprecia. De acordo com Dowbor (1988, p.39) "a permanência destes efeitos estruturais resulta da profunda associação das classes

dominantes dos próprios países subdesenvolvidos com o processo, e da adaptação das estruturas de produção às necessidades de acumulação do Centro".

Praticamente, o país permaneceu agroexportador e dependente do mercado e dos investimentos externos; impossibilitando seu desenvolvimento interno de acordo com suas necessidades, capacidades e particularidades.

Muitos pensadores e cidadãos se perguntam o que impede para que o Brasil se torne uma potência mundial, já que contém importantes reservas de biodiversidade, quantidade relevante de território e população ávida e criativa ao trabalho?

Qualquer discussão sobre os problemas e soluções para o Brasil, deve-se analisar a questão agrária, fator historicamente marcado por uma estrutura social formada pela elite dominante detentoras de poder, de terras e de capital, e pela grande maioria da população desprovida de bens para seu sustento, e por isso, explorada pelo seu trabalho e colocada a margem dos benesses do sistema.

Neste contexto, busca-se apresentar nesta discussão alguns pontos relevantes sobre as possibilidades e entraves de desenvolvimento rural do Brasil.

Partindo da própria concepção de desenvolvimento, destaca-se a partir dos anos de 1970 a discussão de um novo paradigma nos meios intelectuais, governamentais, empresariais e dos movimentos sociais, em decorrência da crise do sistema econômico fordista, a crise do petróleo e a publicação do alarmante relatório do Clube de Roma, *The Limits of Growth*.

As crescentes evidências do custo ambiental e social do padrão desenvolvimentista capitalista industrial vigente, que provoca a exaustão ambiental, seja pela exploração inadequada e predatória, como pelo despejo de resíduos incompatíveis com o meio natural, bem como o aumento o abismo social entre as populações, demonstrando assim, as insuficiências do pensamento clássico e dos debates contemporâneos acerca do desenvolvimento, incita então, novas discussões acerca da construção de um novo paradigma a partir da noção de sustentabilidade.

Neste contexto, novas propostas e conceitos são elaborados no âmbito da ONU, e o conceito *ecodesenvolvimento*, e posteriormente renomeado como *desenvolvimento sustentável*, passa a ser o novo objeto de estudos, críticas e diretrizes de desenvolvimento para a humanidade no século XXI. De acordo com Jacobi (2003, p.176):

“O ecodesenvolvimento apresentava-se mais como uma estratégia alternativa à ordem econômica internacional, enfatizando a importância de modelos locais baseados em tecnologias apropriadas,

em particular para as zonas rurais, buscando reduzir a dependência técnica e cultural”.

Sobre o conceito *desenvolvimento sustentável* existem divergências entre os teóricos. Alguns dizem que o conceito seria uma compensação ou um paliativo ao sistema capitalista vigente, já que a idéia de progresso, encontra-se fundamentada no paradigma ocidental positivista de desenvolvimento. Outros argumentam semanticamente que o próprio conceito é contraditório. No entanto, se adotarmos uma visão dialética, desenvolvimento significa movimento, transformação. Por isso, Almeida (2001, p.19) coloca que:

“(...) a idéia de desenvolvimento é reduzida à de modernização e, em consequência disso, os países do Terceiro Mundo são julgados à luz dos padrões dos países desenvolvidos, todos de modernização precoce. Este etnocentrismo conduziu à aplicação no mundo inteiro de um único modelo de modernização e, portanto, a ver “em atraso” os países “subdesenvolvidos”. A fronteira entre modernização e desenvolvimento foi na verdade sempre pouco clara. A primeira indica a capacidade que tem um sistema social de produzir a modernidade; o segundo, se refere à vontade dos diferentes atores sociais (ou políticos) de transformar sua sociedade. Portanto, a modernização é um *processo e desenvolvimento* uma política” (ALMEIDA, 2001, p.19)

O autor também expõe que:

“A noção de desenvolvimento sustentável abriga uma série heteróclita de concepções e visões de mundo, sendo que a maioria daqueles que se envolvem no debate em torno da questão são unânimes em concordar que a mesma representa um grande avanço no campo das concepções de desenvolvimento e nas abordagens tradicionais relativas à preservação dos recursos naturais. Neste “guarda-chuva” do desenvolvimento sustentável se abrigam desde críticos das noções de evolucionismo e modernidade e defensores de um “capitalismo verde”, que buscam no desenvolvimento sustentável um resgate da idéia de progresso e crença no avanço tecnológico, tendo a economia como centro-motor da reprodução das sociedades. Este “guarda-chuva” também abriga atores “alternativos”, que buscam “inventar” um novo modo de desenvolvimento que seja “*socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável e culturalmente aceito*”, recuperando técnicas, valores e tradições. (ALMEIDA, 2001, p. 22)

Portanto, a proposta de desenvolvimento sustentável está além da harmonização entre economia/natureza/homem. É uma questão de interesse político mundial. Desenvolvimento sustentável seria a construção por todos agentes sociais, de uma nova ética comportamental, que busca enraizar a consciência ecológica e humanitária, desde o indivíduo comum até os donos do capital, que mesmo sendo antagônicos, porém são complementares, pois ambos são instrumentos do processo de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. (GARCIA, 2003)

O importante é ressaltar que definitivamente foi trazido para o campo teórico a interrelação existente entre a degradação ambiental e a exclusão social, devido à ação e reação do padrão desenvolvimentista de produção e consumo do sistema capitalista vigente, demonstrando então, a necessidade de se rever este processo. A reinterpretção da relação homem/natureza, que atualmente é vista como de apropriação e exploração, deverá ser recuperada para a relação homem/natureza de interação e integração. (GARCIA, 2003)

Mais do que criar ou seguir um conceito ou paradigma, é preciso propostas, estratégias, ações, trabalho incessante para a mudança do *status quo* dentro dos países e entre países e da reversão da degradação ambiental crescente.

Com a intensificação da globalização muitas transformações ocorreram nas últimas décadas, pode-se destacar a reestruturação econômica das nações e de produtividade das empresas. Os agentes econômicos são obrigados a buscar vantagens competitivas para se manterem nos mercados. Esta competitividade é avaliada pelas inovações tecnológicas, pela capacidade de conhecimento e informação, qualidade de produtos e serviços, além da necessidade de racionalização dos recursos e desenvolvimento de processos de produção sustentáveis.

Assim, o termo competitividade, visto em sua organicidade, é uma forma de sustentabilidade, ou seja, é a utilização de múltiplas alternativas (ambientais e culturais) de cada localidade, região ou nação, para a inserção destas no contexto mundial, onde as diversidades ou particularidades são vistas como vantagens na potencialização de seus recursos.

A racionalização dos recursos, não deve ser estritamente uma racionalidade econômica que visa somente o lucro, e sim, uma racionalidade sócio-ecológica, baseada no melhor aproveitamento dos recursos naturais e humanos de cada região, utilizando-se então das singularidades locais como vantagens neste processo de globalização.

Entretanto, esta globalização é moldada nos padrões capitalistas vigentes, instiga a competitividade econômica negativamente, por propiciar a exclusão daqueles que não conseguem se adaptar aos requisitos solicitados pela competitividade; portanto, não homogeneíza e, sim, aguça as diferenças; justificando, então, ações com enfoque no local, para transformar particularidades em potencialidades.

Pois, conforme Campanhola & Silva (2000, p. 16), ao mesmo tempo em que as sociedades contemporâneas passam por processos globais, dinâmicas locais ocorrem e devem ser solucionadas, buscando equilíbrio entre as ações globais e locais que se interferem mutuamente. “A questão é que o global não pode existir sem o local, e o local é caracterizado por relações sociais que são estruturadas pelas relações sociais globais.”

A forma como os diferentes territórios, cidades ou regiões enfrentam tais exigências da mudança estrutural pode chegar a ser bastante diferente. No entanto, incorpora características comuns, como o abandono de atitudes passivas e a procura por uma saída, baseada, sobretudo, na maior valorização dos recursos endógenos.

(...) o ajuste das novas formas flexíveis de produção exige um fortalecimento das instâncias locais das administrações públicas, para dispor da suficiente capacidade para abordar as mudanças nos diferentes sistemas produtivos locais. Daí a importância das políticas de desenvolvimento local no atual contexto da globalização e das formas de produção flexível.

(...) O fortalecimento das administrações locais e a absorção pelas mesmas das novas funções de fomento ao desenvolvimento econômico e a geração de emprego fazem, assim, da nova gestão pública local parte fundamental dos processos de ajuste frente à atual mudança estrutural (BNDES, 2003, p. 10)

É neste contexto, que a proposta de desenvolvimento sustentável deverá ser usada pelo Brasil para promover equidade social com conservação ambiental, por se tratar de uma perspectiva a longo prazo.

Utilizando-se de programas de planejamento, implementação e administração de ações locais com bases sustentáveis, visando o desenvolvimento regional, sobretudo, com a valorização do capital humano e ambiental das localidades. Para tal, deverá contar com a participação da população local, com o apoio da administração públicas municipais e estaduais e com a sociedade civil organizada para assegurar a efetividade deste processo.

Para que haja uma verdadeira e justa inserção do Brasil no mundo contemporâneo, de acordo com VEIGA (2002, p. 3) é preciso um plano estratégico de desenvolvimento sustentável do Brasil rural que deverá contemplar:

Um plano que ofereça novas e melhores perspectivas aos 4500 mil municípios rurais, nos quais viviam quase 52 milhões de habitantes no último ano do século passado. Um plano que contenha diretrizes, objetivos, e metas que favoreçam sinergias entre a agricultura e os setores terciário e secundário das economias locais. Diretrizes, objetivos e metas que promovam todas as formas de “empreendedorismo” que possam explorar as vantagens comparativas e competitivas desses territórios.

A concretização do desenvolvimento sustentável no Brasil será o resultado da interação e sinergia entre a melhoria da qualidade de vida da população, graças à eficiência econômica, a gestão pública eficiente e a conservação ambiental, respeitando às necessidades e especificidades de cada localidade.

O desenvolvimento local sustentável é o processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações. (BUARQUE, 2003, p. 67)

Acima de tudo, o desenvolvimento local sustentável é um processo endógeno de mudança de conduta, de gestão e de produção. É imprescindível que a população local participe do processo de planejamento, implementação e continuidade (acompanhamento) das ações de desenvolvimento local, para tanto, é importante a descentralização/municipalização das decisões e a melhor distribuição dos recursos públicos.

Segundo Buarque (2003) a estratégia para a promoção do desenvolvimento local deve estruturar-se em três pilares:

- Organização da sociedade para a formação de capital social local ativo a participar e cooperar;
- Agregação de valor a cadeia produtiva, com a articulação e aumento da competitividade das atividades econômicas com as vantagens locais;

- Reestruturação e modernização do setor público local através da descentralização das decisões e elevação da eficiência e eficácia da gestão pública local.

Sabe-se das dificuldades de viabilizar este processo de descentralização para a promoção do desenvolvimento local no Brasil, pois existem em diversas partes do país a cultura autoritária e clientelista, a contar a falta de capacitação e participação da população local e a ausência de transparência nas decisões e na distribuição dos gastos públicos.

Entretanto, conforme apontam Campanhola & Silva (2000, p. 19):

Está evidente que não há uma única saída para o desenvolvimento de um país. Qualquer programa ou projeto de desenvolvimento deve respeitar as particularidades locais – sociais, culturais, econômicas e ambientais -, de modo a não agravar as desigualdades regionais. E o processo de descentralização, particularmente o da municipalização, tem importante papel nisso, pois é no nível local que as peculiaridades se expressam, que os atores sociais interagem, que as políticas públicas se viabilizam, enfim que as ações efetivamente se realizam. O processo de municipalização, se bem conduzido, pode atacar profundas disparidades regionais e locais, contribuindo para a solução dos problemas e para a integração das políticas ao nível nacional.

Estes autores citam também que a globalização possibilitou uma maior integração socioeconômica entre as regiões, novas formas e mecanismos de gestão dos recursos naturais, maior mobilização e organização de atores sociais e também possibilitou a descentralização da administração pública, auxiliando para uma maior autonomia de ações de desenvolvimento local.

Além disso, a globalização das comunicações e dos mercados propiciou uma maior sensibilização da comunidade internacional sobre a importância das questões ambientais e a relação direta para com a qualidade de vida de todas as populações no planeta Terra. Isto tem instigado as sociedades a se mobilizarem e a pressionarem seus governos e empresas locais a adotarem e praticarem políticas ambientais e sociais. Assim, a formação de gerações com responsabilidade sócio-ambiental têm propiciado o surgimento de nichos de mercados para produtos com características específicas e com alto valor agregado, que são os produtos ambientalmente corretos ou exclusivos de certas regiões do planeta.

Estes nichos de mercado são formados por indivíduos conscientes da questão ambiental e social, em sua maioria possuem alto poder aquisitivo, que buscam adquirir produtos social e ambientalmente corretos, ou seja, produtos livres de resíduos químicos,



produtos que não são fabricados às custas de trabalho infantil ou escravo, ou testados em cobaias, mas, principalmente, que não causem nenhum dano ambiental ou social. Estes produtos costumam ter um preço diferenciado no mercado, devido tais especificações e cuidados tão especiais, resultando, então, em produtos com valor agregado ou produtos com vantagens competitivas.

Como o nicho de mercado de produtos ambiental e socialmente corretos está em pleno crescimento mundialmente, esta seria uma boa estratégia a ser agregada nos planos de desenvolvimento sustentável do Brasil. Esta estratégia poderia amenizar graves problemas no Brasil, como a insuficiência de empregos e o câmbio desigual das trocas comerciais internacionais, principalmente as de produtos primários. Conforme Flores (2002, p. 2):

A forte demanda da sociedade pela preservação ambiental, a exigência de consumidores por produtos com valor cultural agregado, as novas noções de produtos saudáveis, particularmente no que se refere à necessidade de ausência de produtos químicos (particularmente agrotóxicos, conservantes, corantes, etc), ou, como poderia se generalizar, uma nova exigência e um novo conceito de qualidade, fortalecem a possibilidade de sucesso do desenvolvimento territorial das áreas rurais. Mas exige um reposicionamento da ciência e tecnologia em seu favor, buscando apoiar a geração de conhecimento com alta carga de fatores locais e de compreensões do comportamento do consumo. Novos padrões tecnológicos se desenham (a produção orgânica é um exemplo), e para que sejam socialmente éticos, precisam incorporar a inclusão dos segmentos que têm ficado à margem dos benefícios das políticas públicas.

Assim, a proposta de desenvolvimento local sustentável no Brasil deve promover uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável que vise a maximização de oportunidades econômicas para pequenos e médios produtores, pois conforme Veiga (2001) cerca de um terço dos 4485 municípios rurais brasileiros ostentam taxas de crescimento demográfico, que inclui migrações superiores a média nacional, ou seja, relevante parcela da população trabalha ou vive em áreas rurais.

Contudo, Veiga (2001) cita que no Brasil rural a competitividade é vista nas especializações das fazendas e no *agribusiness*, que acaba por empregar poucas pessoas diretamente, deixando para outros setores da economia absorverem esta mão-de-obra que

só tem experiência de trabalho no campo. Por isso, outra estratégia de desenvolvimento rural seria a diversificação das economias locais.

Desta forma, a multifuncionalidade da área rural e da agricultura é extremamente importante para a sociedade brasileira, pois propicia a realocação de pessoas em novas funções de trabalho na área rural, sejam em atividades agrícolas, em atividades não-agrícolas rurais e/ou urbanas.

Visando o desenvolvimento rural sustentável, esta multifuncionalidade das localidades de característica rural, deve basear-se em atividades que valorizem o capital humano e ambiental de sua região; principalmente neste contexto de competitividade onde são valorizados produtos exclusivos e de forte apelo ambiental e cultural.

Conforme Vilela (1998) a dinâmica pluriativa, ou seja, a prática de atividades agrícolas combinadas com atividades não-agrícolas rurais e/ou urbanas dependerá da escolha feita por cada região, mediante um contexto intra e extra-local, mas, acima de tudo, que sejam atividades que venham favorecer os processos endógenos de desenvolvimento da região. Dentre as atividades complementares a produção agrícola pode-se citar a produção de flores, de artesanatos com sementes, cestarias, fabricação de doces caseiros, o ecoturismo e o turismo rural, entre outros.

De encontro com a necessidade de reinterpretação da relação homem/natureza “o rural se apresenta como uma maneira pela qual a sociedade pensa, através do espaço, a transformação de sua relação com a natureza”. (VILELA, 1998 p. 76).

Ao mesmo tempo que reduz a marcha da inevitável queda da população ativa no setor agropecuário, a pluriatividade favorece a industrialização difusa e a descentralização de serviços sociais, de serviços para empresa e vários tipos de serviços pessoais.

Como consequência, há absorção local da sobra de braços, o que alivia os outros mercados de trabalho do setor secundário e terciário das regiões metropolitanas, aglomerações e centros urbanos, permitindo que o país acelere a adoção de inovações tecnológicas sem temor de desemprego explosivo. (VEIGA, 2001 p. 6)

Segundo Sachs (2003) o desenvolvimento rural sustentável tem como peça central o fortalecimento da agricultura familiar através do acesso à terra, aos conhecimentos, a tecnologia apropriada, a infra-estrutura (estradas, água para irrigação e energia), ao crédito e ao mercado. Ele cita que o problema não está na especialização de produtos primários de alta intensidade em mão-de-obra, mas sim, na busca de sistemas de produção mais apropriados, diversificados, que busquem a complementaridade entre as diferentes culturas

e a pecuária, de maneira a aproveitar plenamente a mão-de-obra familiar. Além disso, o autor cita que vários autores consideram os pequenos estabelecimentos rurais mais eficientes na geração de renda e empregos que os estabelecimentos patronais.

Importante observação faz Navarro (2001, p.92) sobre o tema:

“Uma estratégia de desenvolvimento rural nacional que considerasse a heterogeneidade referida não poderia repetir, por exemplo, a atual estratégia de multiplicação de assentamentos rurais na região Norte do país, implementada sem nenhuma salvaguarda ambiental. Particularmente, sem prever o imenso estoque de riqueza potencial que esta região poderá gerar, em um ambiente (muito provável, em curto prazo) no qual os propostos mecanismos de “desenvolvimento limpo”, instituindo a troca de atividades de absorção de carbono por créditos internacionais, já estejam em pleno funcionamento. Desbravar áreas para a formação de assentamentos rurais, que normalmente respondem por sofrível manejo dos recursos naturais, parece ser, pelo contrário, uma política de antidesenvolvimento rural.”

Este mesmo autor também coloca como reflexão que:

“Desenvolvimento rural, portanto, não se restringe ao “rural estritamente falando” - famílias rurais e produção agrícola - nem exclusivamente ao plano das interações sociais, também principalmente rurais - comunidades, bairros e distritos rurais, por exemplo -, mas necessariamente abarcam mudanças em diversas esferas da vida social as quais, se têm por limite mais imediato de realização o município, podem estender-se para horizontes territoriais mais extensos, como provavelmente ocorrerá em curto prazo. Parecem assim desaparecer definitivamente, o corte rural-urbano e as formas de sociabilidade igualmente demarcadas por tal segmentação. (NAVARRO, 2001, p.97)

Diante de tantos levantamentos e propostas levantados por teóricos brasileiros e brasilianistas, questiona-se porque ainda o governo e a população brasileira utilizam-se de práticas anti-ambientais e excludentes socialmente, e permitem que empresários, principalmente internacionais, façam uso dos recursos naturais e humanos deste território para o enriquecimento próprio e desenvolvimento dos países desenvolvidos ?

Sabe-se que o desenvolvimento do Brasil está amarrado pelos países desenvolvidos e pela classe dominante brasileira; esta usada como fantoche pelos primeiros para produzirem e comprarem aquilo que lhes interessa.

As formas pelas quais estas amarradas nos são colocadas, podem ser rompidas, se os governantes e a população brasileira, bem como outros atores que participam desta sociedade – universidades, organizações não-governamentais, igrejas, sindicatos -, forem inteligentes e conscientes de suas capacidades de reverter este processo.

Assim, como bem coloca Campanhola & Silva (2000, p.37):

(...) o tema desenvolvimento local ganha importância no cenário da democratização do país como alternativa de intervenção articulada de novos atores sociais e políticos na reorientação da ação do Estado, no sentido de atender aos objetivos de construção da cidadania e da melhoria da qualidade de vida da sociedade (...) o desenvolvimento local deve ser acima de tudo um processo de reconstrução social, que deve se dar “de baixo para cima” e contar com a participação efetiva dos atores sociais.

### **Estudo de caso de cooperação internacional para a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil.**

O Programa de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, conhecido como PPG-7, é o mais importante programa de cooperação internacional para a promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil, devido sua abrangência de ações, quantidade de recursos e quantidade de pessoas envolvidas (países doadores, vários níveis de governo, instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais (ONGs) e populações locais).

De modo geral, o Programa Piloto está dividido em quatro áreas: Políticas de Recursos Naturais; Unidades de Conservação e Manejo de Recursos Naturais; Ciência e Tecnologia – estes subprogramas são integrados por projetos caracterizados como estruturais, visando corrigir as deficiências institucionais das políticas ambientais brasileiras nas florestas tropicais; e o subprograma Projetos Demonstrativos, de caráter experimental e inovador, que visa promover experiências sustentáveis de desenvolvimento econômico e ambiental na Amazônia Legal e Mata Atlântica com a participação das populações locais e sua disseminação para outras regiões.

Segundo informações no site do Banco Mundial, o PPG-7 é um conjunto de ações do governo brasileiro, da sociedade civil e da comunidade internacional na busca de formas de

conservação das florestas tropicais brasileiras, cujo objetivo maior é maximizar os benefícios ambientais destas florestas para alcançar o desenvolvimento do Brasil e de sua população.

O PPG-7 conta com recursos financeiros provenientes do Grupo dos Sete (G7)<sup>3</sup>, e com a contrapartida do governo brasileiro, da sociedade civil organizada e das populações locais, seja com recursos financeiros, técnicos e/ou materiais.

Todos os projetos que buscam as doações do PPG-7 são analisados, aprovados e avaliados de acordo com os procedimentos e prática do Banco Mundial. A preparação e implementação dos projetos e outras atividades relacionadas ao programa estão sob responsabilidade de execução dos representantes dos governos federais, estaduais, municipais e ONGs.

Esta pesquisa focalizou-se nos financiamentos do subprograma Projetos Demonstrativos - categoria tipo A (PD/A), que objetiva a produção de experiências de desenvolvimento em bases sustentáveis, ambiental e economicamente, das populações residentes na Amazônia e Mata Atlântica.

A necessidade do resgate da interação homem e natureza, bem como da participação das comunidades locais nas políticas públicas regionais, fazem do PPG-7 e do PD/A importantes instrumentos de promoção da cooperação entre sociedade civil, os vários níveis de governo nacional e países desenvolvidos.

As mudanças resultantes da sensibilização das comunidades locais, nacionais e internacional sobre as questões ambientais globais, propiciam à Amazônia e Mata Atlântica a oportunidade de alterar seus padrões de desenvolvimento, incorporando a dimensão ambiental, social e econômica na construção de um novo processo de desenvolvimento balizado nas dimensões da sustentabilidade.

Assim, para cumprir tal objetivo, o PD/A incentiva o fortalecimento da capacidade nacional de liderança para a definição e execução de políticas para o manejo sustentado dos recursos naturais; incentiva a produção de experiências pilotos que podem servir como potenciais modelos sustentáveis a serem adaptados e implementados em outras regiões tropicais; fomenta uma autêntica participação das comunidades na definição e execução de estratégias para seu desenvolvimento econômico e social com conservação ambiental.

O PD/A é um mecanismo financeiro de apoio às iniciativas inovadoras das ONGs e populações locais da Amazônia e da Mata Atlântica para a promoção de estratégias de desenvolvimento sustentável econômico, ambiental e social da região.

---

<sup>3</sup> G7: Alemanha, Canadá, Estados Unidos da América, França, Itália, Japão e Reino Unido.

Considerando a importância deste subprograma pela oportunidade da produção de experiências pelas populações viventes na Amazônia e Mata Atlântica, para uma possível estratégia de desenvolvimento local sustentável nestas regiões, fez-se um estudo sobre os financiamentos de PD/A direcionados ao assentamento de reforma agrária 'Riacho das Ostras' sob orientação e aplicação da ONG 'Terra Viva'.

O assentamento de reforma agrária 'Riacho das Ostras' localiza-se no município de Prado, e a ONG 'Terra Viva', localiza-se no município de Itamaraju, ambos no extremo sul da Bahia.

O extremo sul da Bahia, em especial a Costa do Descobrimento, tem importância histórica nacionalmente, por se tratar da região onde os portugueses avistaram terra firme, tiveram os primeiros contatos com os índios brasileiros e, posteriormente, abarcaram e iniciaram a colonização deste território. Até meados do século XX, esta região permaneceu com baixo adensamento demográfico e com grande quantidade de Mata Atlântica original.

A degradação ambiental nesta região ocorreu devido à extração da madeira para as serrarias e para a pecuária extensiva, e juntamente com a abertura da rodovia BR-101 que liga o Nordeste do país aos estados do Sudeste e Sul provocando, então, enormes impactos ambientais e sociais.

As elites econômicas expulsaram indígenas e agricultores para se apossarem de novos territórios formando latifúndios, seja para a utilização da pecuária extensiva e/ou na espera da valorização da terra, mesmo que improdutivos. Hoje estes latifúndios dão lugar a monocultura do eucalipto para atender as indústrias da celulose e o mercado internacional, minimizando os remanescentes da Mata Atlântica.

Atualmente, graças às pressões junto aos governos, existem diversas áreas de assentamentos de reforma agrária, áreas delimitadas as aldeias dos índios Pataxós, e áreas para a estruturação e gestão de Parques Nacionais (do Descobrimento, do Monte Pascoal e Pau Brasil) e a implantação da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau.

As ocupações das áreas de assentamentos de reforma agrárias na região foram determinadas pela implantação de sistemas produtivos com baixa sustentabilidade ambiental, social e econômica que colocaram em risco os remanescentes florestais.

A maioria dos assentados provém da periferia das cidades que se situam à beira da rodovia BR-101, que em sua maioria são trabalhadores rurais (bóias-frias, diarista, entre outros) na busca da conquista da terra, para deixar de trabalhar para os 'grandes' e trabalhar para a própria família.

A ineficiência e demora de políticas públicas por parte do Estado para a promoção do desenvolvimento local desses assentamentos propiciou inadequada e predatória utilização dos recursos hídricos e da biodiversidade existentes pela população. O falta de fornecimento de técnicas e recursos pelos órgãos executores da reforma agrária, como o INCRA, propiciou o predomínio de sistemas de criação de gado, ocasionado a derrubada das matas para dar lugar as pastagens e acesso livre dos animais até às beiras d'água, e a produção da mandioca, como base da subsistência das famílias

Inicialmente, a madeira retirada era comercializada com as serrarias. Após o desmatamento realizam as queimadas para o plantio de roça de mandioca ou pastagens. Este ciclo se repetiu na maior parte dos assentamentos.

Visualizando os problemas que circundam a região, como dívida social, degradação ambiental, especulação da terra, entre outros, a ONG 'Terra Viva', passa a apoiar estes assentamentos com o intuito de reverter tal situação e, assim, passa a desenvolver projetos de preservação e educação ambiental nas comunidades de agricultura familiar.

O 'Terra Viva', registrado como Centro de Desenvolvimento Agroecológico do extremo sul da Bahia, iniciou suas atividades em 1992 com a proposta de contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar por meio do desenvolvimento de sistemas agroecológicos de produção e preservação ambiental. A ONG atua nas cidades de Itamaraju, Prado, Jucuruçu e Itanhém.

Em 1996 tiveram seu primeiro projeto de PD/A aprovado, denominado Sistemas Sustentáveis de Produção Agrícola e de Preservação Ambiental em Áreas de Reforma Agrária, a ser executado no assentamento 'Riacho das Ostras'. Neste primeiro projeto, o Terra Viva pôde contratar técnicos, comprar mudas de plantas e viabilizar a infra-estrutura para a implantação dos sistemas agroflorestais.

O segundo projeto de PD/A foi denominado Programa de Educação Agroecológica e Disseminação de Sistemas Agroflorestais, sua vigência foi de 2000 a 2001, e teve como objetivo disseminar a experiência do Riacho das Ostras no quesito conservação ambiental, educação e capacitação dos assentados.

O 'Terra Viva' também conta com colaborações de ONGs nacionais, da Fundação Ford/FunBio (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade), do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), da Fundação Pequeno (Holanda), do Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), e parcerias com a EBDA (Empresa Bahiana de Desenvolvimento Agrário) e com a UNEB (Universidade Estadual da Bahia).

O assentamento de reforma agrária 'Riacho das Ostras' foi ocupado pelas famílias em 1986, e margeia o Parque Nacional do Descobrimento. O assentamento está distribuído em 87 lotes que medem em média 23 (vinte e três) hectares. A área total do assentamento é de 2 (dois) mil hectares.

O assentamento leva este nome porque a área é cortada pelo Riacho das Ostras. Toda área do assentamento é repleta de nascentes e riachos. Os lotes são geralmente distribuídos de acordo com a disponibilidade de água para um maior percentual possível de lotes. Entretanto, 3 (três) lotes não possuem uma fonte de água dentro de sua área. Geograficamente o assentamento possui elementos de relevo da planície litorânea na forma de chapadas, plana ou suavemente ondulada, recortada por uma rede pluvial sentido Oeste-Leste. A diferença entre a chapada e o leito varia de 30 (trinta) a 50 (cinquenta) metros.

Dependendo da vazão dos rios e bacias, que em geral são pequenas, moldurou-se leitos em forma de 'V' ou 'U'. Portanto, a maior parte dos lotes apresenta todas as unidades da paisagem, ou seja, uma grande área de chapada, um recorte de encosta e um leito de água. O solo é arenoso com baixa capacidade de retenção de nutrientes.

Diante da caracterização geográfica da área, da não orientação do governo para a ocupação e utilização da mesma pelos assentados, bem como do não fornecimento das mínimas condições de infra-estrutura e crédito para o trabalho, este assentamento esteve fadado ao fracasso e a insustentabilidade de um sistema que se baseava na exploração e venda da madeira para a produção de estacas e carvão, no desmatamento para as pastagens e criação de gados, e na queimada das matas para a produção de mandioca.

A maioria das famílias vive da produção da farinha de mandioca, que é vendida aos feirantes em Itamaraju, e da produção de urucum para uma fábrica de condimentos na mesma cidade. As produções tradicionais são: maniva (mandioca), feijão e milho. Cria-se gado bovino para corte e produção de leite. Existem outros tipos de culturas como: laranja, abacaxi, melancia, pupunha, café, pimenta-do-reino, banana, abacate, abóbora. No sistema de fruticultura diversificada, introduzida pelo 'Terra Viva' cultivam: pitanga, manga, goiaba, graviola, caju, limão, urucum, coco e acerola.

Esta diversidade das culturas de produção no assentamento é graças ao trabalho do 'Terra Viva' em implantar o sistema agroecológico e de educação ambiental, como meio de impedir e/ou reverter o agravamento da situação dos assentados e da degradação ambiental crescente devido ao sistema de roçado tradicional, criação de gado e derrubada da mata.

Assim, o 'Terra Viva' iniciou os trabalhos no Riacho das Ostras, objetivando implantar uma experiência piloto em assentamento de reforma agrária, que pudesse servir como



referência de desenvolvimento local baseada em uma matriz agroecológica e de sustentabilidade ambiental/econômica, a ser implementada e desenvolvida em outras áreas conforme as especificidades e características locais.

Para a efetuação de tais mudanças o 'Terra Viva' criou um estado de mobilização social e de participação efetiva para que os assentados visualizassem o grau de degradação ambiental e de desestruturação que seus sistemas produtivos geravam. Estas mudanças implicaram na re-elaboração de conhecimentos, no modo de pensar, nas crenças e valores daquelas pessoas. Mudanças ao nível do indivíduo e das relações humanas entre si e para com o meio ambiente, que em longo prazo resultariam beneficentemente no ecossistema local.

A maior parte do esforço empreendido pelo 'Terra Viva' baseou-se em dois eixos: no desenvolvimento de processos educativos e no apoio técnico e logístico para a implantação de sistemas agroflorestais e de preservação permanente

Inicialmente, o 'Terra Viva' propôs um sistema de recuperação de matas e capoeiras, porém não foi bem aceita porque os assentados teriam que dividir parte de seu tempo do trabalho na roça com esta atividade, que daria resultado a longo prazo. Então, formularam uma proposta de sistema em que o assentado poderia intercalar o trabalho do roçado com o plantio e trato de árvores frutíferas nativas.

A implantação do sistema agroflorestal proposto pelo 'Terra Viva' consiste em uma espécie de 'contrato' entre as famílias e o Terra Viva da seguinte forma: cada família escolhia no mínimo 03 espécies frutíferas e determinava a área no lote para o implementar o sistema. Os técnicos do 'Terra Viva' visitavam o lote, desenhavam a distribuição espacial das plantas, definiam o itinerário técnico em função das condições iniciais da parcela (área degradada e roçado), e forneciam as mudas e a adubação organo-mineral para o plantio. A proporção das mudas a serem plantadas foi determinada em 70% pelas espécies escolhidas pela família e 30% de espécies variadas escolhidas pela ONG para completar a composição do desenho dos sistemas.

Definiram como prioritárias algumas culturas para a produção de mercado, entretanto, manteve-se a diversidade nos sistemas. A ampliação das áreas com sistemas agroflorestais seria efetuada conforme o retorno econômico e decisão de cada família em seu lote. Normalmente, as famílias intercalam estas culturas com a produção da mandioca e outras culturas de curto prazo.

O 'Terra Viva' proporcionou apoio técnico em campo para a implantação das parcelas, enquanto as famílias executavam as ações em seus lotes. Os assentados receberam capacitação técnica sobre o SAFs. Segundo o Terra Viva (2002a) com esta

primeira implantação, todos puderam aprender com erros e acertos e, para o ano seguinte, melhorar e ampliar o sistema.

No segundo ano, a ONG dispunha de recursos do PD/A para a construção de 6 (seis) viveiros, e forneceram equipamentos e apoio técnico para a instalação dos mesmos e para a produção de mudas em sacolas. Atualmente estes viveiros encontram-se inativos.

Com a contrapartida das famílias participantes, fornecendo mão-de-obra e se responsabilizando pelo manejo e manutenção dos viveiros, organizou-se seis grupos de famílias e escolheram os locais para a implantação dos viveiros.

Atualmente, o assentamento Riacho das Ostras encontra-se com 190 hectares de sistemas agroflorestais, e é o pioneiro na produção diversificada em assentamentos na região do extremo sul da Bahia.

Entretanto, existem alguns entraves para a sustentabilidade econômica deste sistema diante das condições impostas pela competitividade do mercado globalizado. Conforme Navarro (2001, p. 91)

A abertura comercial e o acirramento concorrencial derivado da globalização têm significado, de fato, um gradual 'encurralamento' das opções que se apresentam ao mundo rural. Como resultado, o poder de manobra dos Estados nacionais para erigir programas de desenvolvimento rural que mantenham alguma autonomia própria tem sido igualmente reduzido com o passar dos anos.

Algumas famílias desistiram de ampliar o sistema por não terem retorno econômico, em curto prazo de tempo. Outras mantêm o sistema, mas com a baixa produção, ficando restrito ao consumo da família e pouco para a geração de renda. Poucas famílias conseguiram se capitalizar com a renda proveniente das produções no sistema agroecológico.

Esta não eficiência encontra-se, principalmente, na falta de recursos técnicos e logísticos e de infra-estrutura que deveriam ser fornecidos pelo Estado. O não comprometimento dos âmbitos do governo para com o PPG-7 e outros programas de desenvolvimento, faz como que estes fiquem restritos ou estagnados.

Para enfrentar tal desafio, políticas públicas de âmbito local, regional e nacional devem ser implementadas, com o objetivo de incentivar as práticas ecológicas e socialmente saudáveis, visando, sobretudo, valorizar os produtos agroecológicos e a população que pratica este tipo de produção, sendo assim, uma importante estratégia de

desenvolvimento rural por se tratar de um sistema produtivo estruturado na proposta do desenvolvimento sustentável.

Segundo Guzmán (1998, p. 29):

Em um esforço de síntese, a estratégia agroecológica poderia ser definida como o manejo ecológico dos recursos naturais que, incorporando uma ação social coletiva de caráter participativo, permita projetar métodos de desenvolvimento sustentável. Isso se realiza através de um enfoque holístico e uma estratégia sistêmica que reconduza o curso alternado da evolução social e ecológica mediante o estabelecimento de mecanismo de controle das forças produtivas para frear as formas de produção degradantes e expoliadoras da natureza e da sociedade, causadoras da atual crise ecológica. Em tal estratégia, desempenha o papel central da dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, através da articulação do conhecimento camponês com o científico, permita a implementação de sistemas de agricultura alternativa potenciadores da biodiversidade ecológica e sociocultural.

Ainda no quesito sustentabilidade, os processos educativos são importantes instrumentos para a implantação e manutenção dos sistemas agroflorestais; além de ser fator indiscutível para a inserção destes assentados no contexto social e político. A educação é um importante instrumento de melhoria da qualidade de vida de populações carentes.

Este assentamento é um exemplo de luta pela mudança da situação histórica do rural brasileiro: a concentração de terras e rendas para uma minoria, em detrimento da não disponibilidade de terra, de trabalho, de condições dignas de moradia, saúde, saneamento, educação e meio ambiente saudáveis para as populações marginalizadas.

A dívida social brasileira será revertida com a promoção de políticas públicas de desenvolvimento rural que incentivem, em especial, os pequenos produtores rurais familiares, considerados por alguns autores como importantes geradores de emprego, a cultivarem produtos que necessitam de alta intensidade de mão-de-obra, desde o processo de plantio até a transformação para o mercado, de maneira a participar mais nas atividades de agregação de valor ao produto primário, gerando, conseqüentemente, maior renda.

Para isto, estas políticas devem visar, sobretudo, a melhoria das condições de vida dos assentados, disponibilizando infra-estrutura básica para os moradores das áreas rurais (sistemas de saúde, saneamento, educação), infra-estrutura de produção e comercialização

(energia, transporte, irrigação), conhecimentos e tecnologias apropriados, acesso a créditos e aos mercados.

De acordo com Brüseke (2002, p.126):

A não-solução das questões agrárias, que não se deixa reduzir meramente à questão da posse da terra, é, sem dúvida, a causa central da urbanização selvagem, fruto direto da migração interna. Frequentemente, os problemas aparecem na cidade, mas sua solução tem que ser procurada e encontrada no campo.

Percebe-se que para a inserção do Brasil no mundo contemporâneo, há de ser viabilizado por meio do desenvolvimento rural sustentável como estratégia de reversão da dívida social e econômica nacionais, propiciando geração de emprego e renda, agregando valor aos produtos agrícolas de exportação, melhorando o desenvolvimento interno como políticas públicas que visem principalmente o desenvolvimento local e regional de acordo com suas características culturais e ambientais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (orgs.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGs, 1998.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGs, 1998. p. 33-55.

\_\_\_\_\_. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 3 ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001. p. 17-26

ANDRADE, Manuel C. de. Formação Territorial do Brasil. In: **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. Rio de Janeiro: Hucitec, 1995.

BAHIA. **Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia (SEI)**. Disponível: [www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Sumário da Reunião dos Doadores para o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – 7 e 8 de Dezembro de 1991**, Genebra-Suíça. Marco Antonio Rochadel (trad). Brasília: jun. 1992a.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Acordo-quadro Brasil / BIRD relativo à formalização de doações e financiamentos ao PPG-7**. Brasília: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, fev. 1994.

BRASIL. Comissão de Coordenação Amazônica. **Proposta para a estruturação da segunda fase do PP-G7 - Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil**. Brasília: SCA/MMA, Junho de 2002. (mimeo).

BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. **Estratégia Inovadora de combate à pobreza e redução das desigualdades**. Recife, 2003. (mimeo).

BRASIL/PNUD. Projeto BRA/93/044. **Projetos Demonstrativos**. 2001. Disponível: [http://www.pnud.org.br/projetos/meio\\_ambiente/visualiza.php?id07=128](http://www.pnud.org.br/projetos/meio_ambiente/visualiza.php?id07=128)

BRASIL/PNUD. Projeto BRA/95/026/A/01/99. **Gerenciamento das Diretrizes do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil**. 1995. Disponível: [http://www.pnud.org.br/projetos/meio\\_ambiente/visualiza.php?id07=152](http://www.pnud.org.br/projetos/meio_ambiente/visualiza.php?id07=152)

BANCO MUNDIAL (BIRD). Disponível: [www.worldbank.org/rfpp/index\\_p.htm](http://www.worldbank.org/rfpp/index_p.htm)

- BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- \_\_\_\_\_. A Amazônia pós ECO-92: por um desenvolvimento regional responsável. In: **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 129-143.
- \_\_\_\_\_. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. Rio de Janeiro: Hucitec, 1995. p. 46 – 64.
- BECKER, Bertha. K. et ali (orgs.). **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. Rio de Janeiro: Hucitec, 1995.
- BECKER, Dinizar Fermiano (org.) **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 3 ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.
- BERGAMASCO, Sônia M.; NORDER, Luis A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos)
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Estratégia Inovadora de combate à pobreza e redução das desigualdades**. Recife: Janeiro, 2003.
- BOTELHO, Vera Lúcia. Desenvolvimento e meio ambiente na Amazônia e as populações locais: o caso dos pequenos produtores rurais. In: **Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de idéias no movimento ecológico**. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p. 105-119.
- BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura Familiar: ONGs e Desenvolvimento Sustentável**. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.
- BRÜSEKE, Franz Josef. Pressão modernizante, Estado territorial e sustentabilidade. In: **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. 4 ed. SP: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002. p.112- 130.
- \_\_\_\_\_. Desestruturação e Desenvolvimento. In: **Incertezas da sustentabilidade na globalização**. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. p. 103-130.
- BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- BURSZTYN, Marcel (org.) **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- \_\_\_\_\_. Estado e meio ambiente. In: **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p 83-101.
- CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. Desenvolvimento Local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, v.17, n.1, p.11-40, 2000.
- CAVALCANTI, Clovis (org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 3 ed. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.
- CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. 4 ed. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.
- D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel (orgs.) **A Amazônia e a Crise da Modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- DOWBOR, Ladislau. **A formação do 3º mundo**. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FERREIRA, Leila da C.; VIOLA, Eduardo (orgs.) **Incertezas da sustentabilidade na globalização**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- FLORES, Murilo X; NASCIMENTO, José C. Novos desafios da pesquisa para o desenvolvimento sustentável. **Revista Agricultura Sustentável**. p. 10-17, jan/abri, 1994.
- FLORES, Murilo X. **Desenvolvimento rural sustentável e agricultura familiar – uma estratégia necessária**. Palestra proferida na 54ª Reunião Anual da SBPC. Goiás, jul. 2002. Disponível: <http://www.sbpcnet.org.br/eventos/54ra/>
- GARCIA, Afrânio; PALMEIRA, Moacir. Rastros de casas-grandes e de senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro. In: **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 38 - 77.

GARCIA, Tatiana S. L. **Análise da viabilidade de projetos de cooperação internacional para a promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil: o caso do PP-G7 – Programa de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras.** In: Seminário da Pós-Graduação, I, 01-04 dez. 2003. ANAIS. Uberlândia/IG-UFU: 2003, CD ROM, p. 422-43.

GOLDENBERG, Mirian (coord). **Ecologia, ciência e política:** participação social, interesses em jogo e luta de idéias no movimento ecológico. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

GONÇALVES, Carlos W. P. **Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente.** São Paulo: Contexto, 1989.

\_\_\_\_\_. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: **Geografia e Meio Ambiente no Brasil.** Rio de Janeiro: Hucitec, 1995.

GUIVANT, Julia S. A Agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais. In: **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania:** desafios para as ciências sociais. 3 ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis; UFSC, 2001.p.99 -133.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: **Reconstruindo a agricultura:** idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGs, 1998. p. 19-32.

HERCULANO, Selene Carvalho. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. In: **Ecologia, ciência e política:** participação social, interesses em jogo e luta de idéias no movimento ecológico. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p. 9-48.

JACOBI, Pedro. **Meio Ambiente e Sustentabilidade.** 2003. Disponível: [www.cepam.sap.gov.br/v9/cepam30anos/pdf/cap%203/3artigo%201%20-20Pedro%20J.pdf](http://www.cepam.sap.gov.br/v9/cepam30anos/pdf/cap%203/3artigo%201%20-20Pedro%20J.pdf). p. 175-183.

KITAMURA, Paulo. Agricultura e o desenvolvimento sustentável. **Revista Agricultura Sustentável.** p. 27-32, jan./abr, 1994.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Disponível: [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br).

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **PPG-7 – Programa de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras.** 2003. Disponível: [www.mma.gov.br/ppg7](http://www.mma.gov.br/ppg7)

MMA. **Subprogramas Projetos Demonstrativos – PDA:** Manual de Operações e Instruções Gerais. Brasília, 1998.

MORAES, Antonio C. R. **Meio Ambiente e Ciências Humanas.** 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados.** Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. Vol. 15, set./dez. 2001. 1987. nº 43. ISSN 0103-4014. Quadrimestral. p 83- 100.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições. In: **Geografia e Meio Ambiente no Brasil.** Rio de Janeiro: Hucitec, 1995.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986.

\_\_\_\_\_. Estratégias de transição para o século XXI. In: **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 29-56.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível? **Estudos Avançados.** Universidade de São Paulo. Estudos **Avançados.** Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. Vol. 11, mai./agos. 1997. 1987. nº 30. ISSN 0103-4014. Quadrimestral. p. 213-242.

\_\_\_\_\_. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados.** Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. Vol. 15, set./dez. 2001. 1987. nº 43. ISSN 0103-4014. Quadrimestral. p. 75-82.

SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). **Brasil:** um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

\_\_\_\_\_. **Inclusão Social pelo trabalho:** desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SATO, Michele; SANTOS, José Eduardo. **Agenda 21**: em sinopse. São Carlos: EdUFSCar, 1999.

SCLESINGER, Sérgio. As relações internacionais, comércio e meio ambiente. In: BORN, Rubens (coord). **Diálogos entre as esferas global e local**: contribuições de organizações não-governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária. São Paulo: Peirópolis, 2002. p. 31-47.

SILVEIRA, Miguel A. da; VILELA, Sérgio L O. (ed.). **Globalização e Sustentabilidade da Agricultura**. Jaguariúna: Embrapa, CNPMA, 1998.

SOUZA, Maria Adélia et al (orgs.). **Território**: Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec, ANPUR, 1996.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

TERRA VIVA. **Relatório das atividades de 1991 – 2001**. Rio de Janeiro: mar. 2002b.

TERRA VIVA. Sistemas Agroflorestais em assentamentos de reforma agrária. **Experiências PDA**. Brasília, n.2, p.35-64, jan. 2002a.

VEIGA, José Eli. O Brasil ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. Vol. 15, set./dez. 2001. 1987. nº 43. ISSN 0103-4014. Quadrimestral. p. 101-120.

VIOLA, Eduardo, et al. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania**: desafios para as ciências sociais. 3 ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis; UFSC, 2001.

VEIGA, José Eli da, et ai. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA, CNDRS, NEAD), 2001.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural**. Palestra proferida na 54ª Reunião Anual da SBPC. Goiás: Jul. 2002. Disponível: <http://www.sbpnet.org.br/eventos/54ra/>